

DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Além dos vetos

A agenda econômica do governo passa por um momento crucial no Parlamento, justamente quando os deputados perceberam que parte dos petistas trabalha no sentido de obter um acesso direto para irrigar as prefeituras no ano eleitoral, de forma a prescindir das emendas de deputados e senadores. A estratégia tem tudo para atrapalhar ainda mais o governo.

Veja bem

As emendas impositivas são de liberação obrigatória, ou seja, a concessão de recursos de forma voluntária, longe das emendas, exigirá do governo dois orçamentos para cumprir, o do Executivo e o das propostas do Legislativo. Em segundo lugar, os deputados estão irritados com a demora na liberação de seus pedidos e a cada dia reclamam mais do ministro da Casa Civil, Rui Costa.

Tic-tac-tic-tac

Se o governo não agir rápido para resolver essas diferenças, a resposta do Congresso aparecerá no painel de votações, quando as propostas cruciais para o Poder Executivo estiverem em pauta. O aviso já foi levado ao Planalto.



Não queremos lavar as mãos. Vamos ajudar o Rio de Janeiro a combater o crime organizado e os milicianos"

Lula, no programa *Conversa com o Presidente*

Governo suspeita do agro

A presença do ex-presidente Jair Bolsonaro na reunião da Frente Parlamentar do Agro (FPA) soou para integrantes do governo como uma declaração de guerra, por causa do veto do presidente Lula ao marco temporal de demarcação das terras indígenas. Era esse justamente o receio da turma que ficou para lá de incomodada com o convite ao ex-presidente para comparecer ao encontro. A resultante foi um racha no grupo mais poderoso do Congresso Nacional e as associações e confederações que contribuem para o Instituto Pensar Agro (IPA), o braço técnico de planejamento da Frente. A presença foi considerada inoportuna, especialmente, por ocorrer num momento em que o agro tenta negociar com o governo.

A avaliação de parte das entidades que compõem o IPA e de parlamentares é a de que a pauta extensa da Frente — marco temporal, agrotóxico, reforma tributária — ficou em segundo plano. Bolsonaro participou da reunião a convite do deputado Luciano Zucco (Republicanos-RS). A FPA, que luta para não parecer bolsonarista, acaba de colocar um carimbo na testa.



CURTIDAS

A volta de Araújo/ Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores no governo Bolsonaro, se incorporou a campanha pró-Javier Milei na Argentina. Em entrevista ao canal *Ahora Play*, ele disse que a “nova direita” portenha tem a vantagem de ser novo no pedaço: “(Em 2022), Bolsonaro era presidente e havia um desgaste. Milei tem uma mensagem nova e é a primeira vez que concorre”.

As escolhas da OAB I/ As listas sêxtuplas do Conselho Federal da OAB para preenchimento de duas vagas de desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) contemplaram todas as advogadas mulheres que concorreram e um advogado representante do movimento negro. Mais de 20 profissionais apresentaram candidatura aos postos abertos com a ampliação do tribunal pela Lei n. 14.253/2021. Coube a OAB fazer duas listas, ambas com seis nomes.

As escolhas da OAB II/ As advogadas Rebeca Moreno, Clarice Viana Binda, Larissa Tork de Oliveira e Liz Marília Vecchi Mendonça e o advogado negro Thiago Lopes Campos compõem a lista que será analisada pelo TRF-1. A escolha foi feita pelo plenário da Ordem, em votação na segunda-feira. Agora, o próprio TRF1 reduzirá cada lista a apenas três nomes, e o presidente da República escolherá um de cada para preencher as vagas.

As escolhas da OAB III/ Os selecionados são os seguintes: Lista 1: Diogo Condurú, Flávio Jaime de Moraes Jardim, Thiago Lopes, Clarice Viana Binda, Marcus Lara, Liz Marília Guedes Vecchi. Lista 2: Eduardo Martins, Rebeca Moreno da Silva, Larissa Tork, João Celestino, Vicente de Paula Moura Viana e Marcus Gil.

DESIGUALDADE

Nova lei de cotas vai a sanção

Texto aprovado no Senado define que todos os candidatos passem por ampla concorrência antes de pleitear uma vaga de cotista

» MARCOS MOREIRA
Especial para o **Correio**

O Senado aprovou, na noite de ontem, o projeto de lei que atualiza a Lei de Cotas para o ensino federal. A proposta segue para sanção presidencial. Se chancelada na íntegra, todos os candidatos passarão por ampla concorrência, reservando cotas apenas aos contemplados que não obtiverem nota suficiente para as vagas gerais. Outra novidade novidade é a inclusão de quilombolas e a redução da renda familiar máxima de 1,5 para um salário mínimo por pessoa.

Com a relatoria do senador Paulo Paim (PT-RS), o projeto foi aprovado em votação simbólica e visa a reformulação da Lei 12.711, de 2012, que instituiu o sistema de cotas de 50% das vagas em universidades e institutos federais para estudantes das escolas públicas. O novo texto havia sido validado na Câmara dos Deputados, em agosto, e nas comissões de Direitos Humanos (CDH) e Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

“Estendemos a mão aos mais necessitados, buscamos justiça e criamos as condições para que todos cresçam. Não é medida perpétua, é transitória. Sonho com o dia em que eu possa dizer que não precisamos mais de política de cotas”, afirmou Paim, em discurso no plenário.

Em nota, o Ministério da Educação (MEC) manifestou apoio ao PL 5.384/2020, reiterando que a aprovação garantirá que as mudanças sejam implementadas já no primeiro semestre de 2024. Na avaliação da pasta, as atualizações “refletem o aperfeiçoamento proposto por especialistas do mundo acadêmico, movimento social negro, órgãos de

controle, Defensoria Pública da União e, principalmente, o Tribunal de Contas da União. Em muitos aspectos, as propostas atendem ainda a demandas apresentadas por parlamentares na forma de projetos de lei.”

Emendas rejeitadas

Na sessão, a maioria dos senadores votou pela rejeição das emendas que buscavam, entre outros pontos, eliminar a cota por critérios raciais e de escola pública, deixando a renda familiar como único requisito.

Líder da oposição, o senador Rogério Marinho (PL-RN) criticou o que classificou como caráter “permanente” da legislação. “Na hora em que estamos renovando novamente uma política de cotas, nós estamos admitindo que, como país, somos incapazes de resolver o problema crucial da nossa nação, que é a qualidade da educação e a igualdade de oportunidades”, argumentou no plenário.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) defendeu que o debate em torno das cotas deve servir para unir a sociedade. “A cota é uma necessidade para um tempo no Brasil, ela não é perene. A aprovação do projeto é reparar e dar uma resposta à população que em sua maioria é composta de negros e pardos”, evidenciou.

Correções

Na avaliação do professor de sociologia e ciência política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Luiz Augusto Campos, a reformulação da Lei de Cotas corrige distorções, classificando como positiva a alteração que estabelece que todos os candidatos passem

Jefferson Rudy/Agência Senado



Paulo Paim (PT-RS): “Estendemos as mãos aos mais necessitados. Não é medida perpétua, é transitória”

Entenda as mudanças

» No atual sistema de cotas, dentro do critério de 50% das vagas para oriundos do ensino público, metade das vagas são preenchidas por negros, pardos, indígenas, pessoas com deficiência (PcD) e de baixa renda.

» A partir do novo texto, o processo seletivo observará a proporção de pessoas que se encaixam nas cotas raciais por unidade da Federação, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em caso de sanção, os quilombolas também serão incluídos no sistema.

» A maior novidade é que todos os candidatos passarão pela ampla concorrência. Caso a aprovação não venha por meio das vagas gerais, os estudantes dentro dos critérios poderão concorrer às vagas das cotas.

» A questão da remuneração é outro ponto que será modificado. O projeto prevê a redução da renda familiar máxima de 1,5 para um salário mínimo por pessoa. O valor hoje é de R\$ 1.320.

» Ainda pelo texto aprovado pelo Senado, os cotistas terão

prioridade para receber bolsa de permanência ou outro tipo de auxílio estudantil. As instituições federais também deverão promover ações afirmativas de inclusão em programas de pós-graduação.

» A legislação atual prevê a atualização da política após dez anos, o que deveria ter ocorrido em 2022. Com o novo texto, a política de cotas passará por uma avaliação no período de uma década, e não mais por uma revisão.

pela ampla concorrência.

“Isso faz que a cota funcione como piso, não como teto. Em alguns cursos e universidades, você já tinha uma quantidade de negros acima da cota. Nesses casos, havia uma diminuição e a cota representava um retrocesso”, esclareceu o especialista, que também é coordenador do Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa (GEMAA).

Nelson Fernando Inocêncio é professor de Artes Visuais da Universidade de Brasília, uma das pioneiras da adoção de cotas raciais no país, e membro do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros da UnB. Na avaliação dele, o projeto perdeu a oportunidade de efetivar um sistema seletivo que congregasse a autodeclaração — atual sistema — com bancos de heteroidentificação, evitando fraudes.

Mesmo assim, Nelson destaca como satisfatório o fato do projeto contemplar políticas de permanência e diminuir a renda máxima per capita, que deve alcançar as pessoas pretas com mais eficácia. “Eu acredito que o Brasil não resolve a questão da sua dívida histórica com a população negra em apenas algumas décadas. Então, é preciso que tenhamos a consciência e a compreensão de que este é um trabalho que se estende por mais anos”, defendeu.

“Se daqui a 10 anos, 20 anos ou 30 anos chegarmos à conclusão que, em todos os cursos, estudantes estão passando na ampla concorrência, a lei deixou de ser utilizada. Assim, essa provisão interna estabelece, talvez de um modo um pouco complexo, o seu próprio mecanismo de cancelamento. Mas, agora, estamos muito distantes disso”, destacou Campos.